MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Ata n.º 3/2016
Sessão Ordinária de 29 de Abril

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e treze minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---
----------**Lista de Presenças**:----------
---

18 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Fernando Domingos dos Santos, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade, Dinarte Luis Brás (em substituição de João Alberto Gonzalez Pedroso), Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes (em substituição de Rebeca Porto Martins), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), e Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente);----------
---

15 Deputados Municipais do PSD - Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Fábio Manuel da Silva Bota, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Márcio Alberto Morgado

Pires Rodrigues (em substituição de Gilberto José Carapeto de Sousa), Tiago Rodrigues Coelho (em substituição de Adérito Custódio Cavaco), Jason Anthony Mula (em substituição de Irina Alexandra Mendes Martins), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);----------

---

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;----------

---

1 Deputado Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;----------

---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os **deputados municipais do PS**, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Fábio Miguel Cortes Nobre, Rebeca Porto Martins, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes, João Alberto Gonzalez Pedroso, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dinarte Luis Brás.----------

O Deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Fernando Florinda Carrusca.----------

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte;----------

---

Os **deputados municipais do PSD**, Adérito Custódio Cavaco, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Tiago Rodrigues Coelho, Gilberto José Carapeto de Sousa, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Irina Alexandra Mendes Martins, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Jason Anthony Mula

A Deputada Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), não tendo a mesma sido substituída.----------
---
----------Ordem de Trabalhos----------
1-Intervenção do Público;----------
2-Aprovação de Atas;----------
3-Informação sobre expediente recebido;----------
4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------
5-Moções;----------
6-Período da Ordem do Dia;----------
---
a)-Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.°2 do artigo 25.° da Lei n.°75/2013 de 12 de Setembro;----------
---
b)-Proposta 03/2016- Deliberação relativa à Aprovação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação/Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015, de acordo com o disposto na alínea l) do n.°2 do artigo 25.°, e alínea i) do n.°1 do artigo 33.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com o disposto na alínea l) do n.°2 do artigo 25.°, e alínea i) do n.°1 do artigo 33.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro;----------
---
c)-Proposta 04/2016- Deliberação relativa à 1.ª Revisão ao Orçamento, 1.ªRevisão ao Plano de Atividades Municipais e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do disposto na alínea a) do n.°1 do artigo 25.° da Lei n.°75/2013, de 12/09;----------
---
d)-Proposta 05/2016- Deliberação relativa à Autorização Prévia da Assunção de Compromissos Plurianuais- Abertura de Procedimentos Contratuais, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.°1, do artigo 6.° da Lei n.°8/2012, de 21/02;----------
---
e)-Proposta 06/2016- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente da

Infraquinta, E.M;----------
---

f)-Proposta 07/2016- Deliberação relativa à Autorização para Procedimento Concursal e Composição e Designação do Júri, para os cargos de Direção Superior de 1.ºGrau, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º1 do artigo 4.º e do artigo 11.º, ambos da Lei n.º49/2012, de 29 de Agosto, e nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º49/2012, de 29 de Agosto;----------
1)- Diretor Municipal de Administração Geral e Planeamento;----------
2)- Diretor Municipal de Desenvolvimento Sustentável e da Qualidade de Vida;----------
---

g)-Proposta 08/2016- Deliberação relativa à Aprovação da Composição e Designação dos Júris de Procedimentos Concursais, para cargos de Direção Intermédia, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º49/2012, de 29 de Agosto;----------
1)- Procedimento concursal para o cargo de Diretor de Departamento de Desenvolvimento Humano e Coesão;----------
2)- Procedimento concursal para o cargo de Chefe de Divisão de Cultura, Bibliotecas e Arquivo;----------
3)- Procedimento concursal para o cargo de Chefe de Divisão de Modernização Administrativa e Tarifas;----------
4)- Procedimento concursal para o cargo de Chefe de Unidade Operacional de Apoio ao Associativismo e Eventos Desportivos;----------
---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, começou por informar as bancadas, acerca dos respetivos tempos de intervenção para cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos.----------
---

Seguidamente entrou-se no primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público:----------
---

Seguidamente entrou-se no primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público:----------
---

1-Intervenção do Público;----------

Neste período começou por pedir a palavra o **munícipe Paulo Batista**, residente no concelho de Loulé, identificando-se como Comissário Regional do PAN (Partido das Pessoas, Animais e Natureza) que abordou a questão dos direitos dos animais no concelho de Loulé, referindo que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem demonstrado total apoio e solidariedade com a causa animal. Disse ainda saber recentemente num Seminário sobre o que a Câmara Municipal em postura oficial num comunicado, onde tinham sido dadas indicações expressas sobre o não abate dos animais, particularmente no Canil Municipal.----------
Questionou o Executivo se o Canil Municipal não é neste momento um local de abate, que mudanças ocorreram ao nível da esterilização, terá de existir outras formas de controle das populações, as campanhas de captura, esterilização e devolução dos animais ao seu habitat natural. Referiu ainda que só na zona de Almancil identifica 10 colónias de animais na rua, que são cuidadas pelas pessoas informalmente. Abordou ainda para a questão da adoção dos animais, referindo que no site apenas existem algumas fotos, devendo na sua opinião existirem mais.----------
Apelou para a questão da abertura do Canil Municipal à participação civil voluntária, uma vez que existem muitas pessoas com vontade de ajudar e porque não à semelhança de Lisboa a criação de um novo cargo de Provedor do Animal, alguém que exerça as suas funções com autonomia face aos órgãos municipais, cargo desempenhado por um cidadão a designar que tenha espírito de missão, conhecimento de causa e reconhecida atuação na defesa dos animais e com livre acesso ao Canil. Referiu ainda uma frase célebre de um escritor que retrata a verdadeira essência do ser humano para com os animais.----------
---

Seguidamente usou da palavra a **munícipe Rosa Sousa**, alertando mais uma vez para a questão do perigo das acácias, nomeadamente a sensibilização à população através de Campanhas de Sensibilização. Referiu que tinha distribuído informação em folhetos fornecida pela Universidade de

Coimbra, e o site está à disposição invasoras.pt, para quem quiser consultar. Disse ter formação feita na Universidade de Coimbra. Referiu ainda que na zona das Dunas Douradas existiam acácias que foram cortas, sendo que daqui a 2 anos uma floresta de acácias surgirá naquele local. A biodiversidade existente no local onde estão agora as acácias irá desaparecer o que provocará uma alteração enorme, e não irá haver o turismo da natureza. Disse ainda existir legislação que suporta esta questão. Em relação à legislação a Acácia é uma espécie agressiva, e consta dos anexos do Dec.Lei n.º 565/99 um particular por ter uma Acácia paga 1750€ e uma empresa pode pagar até 12 x esse valor e a CEPNA irá atuar nesse sentido. O índice de alergias da população é demasiado alto uma vez que 50% da população sofre de alergias causadas por poléns. Terminou a sua intervenção fazendo votos para que seja feito algo neste sentido.----------

---

Usou da palavra o **munícipe Tiago Grosso**, referindo a questão da transposição das areias nomeadamente na praia do Vale do Garrão do lado Poente, para criar espaços aos concessionários das praias e se este procedimento está a ser feito noutras praias do concelho. A situação que se passa é que numa zona mais alta da areia ficam os turistas que têm a possibilidade de pagar um toldo na zona concessionária e na zona mais baixa nos vales, ficam os algarvios. Nos 2 planaltos dos concessionários da praia, existe um vale com cerca de 20 metros de distância para onde são relegados os utilizadores da praia que não podem alugar um toldo e ficam numa zona mais baixa, o lixo quando está vento acumula-se naquela zona e os concessionários de praia não fazem nada contra esta situação.----------

---

Em seguida usou da palavra o **munícipe Hermínio Sabino** que abordou novamente a questão sobre a existência de algum projeto de saneamento para o Cerro do Galo e a questão da reabertura da Rua de Loulé que entretanto está interrompida e continua à espera de uma resposta sobre esta situação, uma vez que lhe foi dito que a resposta seria dada numa Assembleia seguinte e já se passou um ano e tudo continua na mesma.--------

---

Usou da palavra a **munícipe Ana Ferreira**, começou por referir que o assunto que a trazia cá era um assunto recorrente, que era a questão do Canil Municipal e a politica de proteção e bem estar dos animais que o

senhor Presidente da Câmara Municipal garantiu que iria ser implementada no município e desde o dia 25 de Março de 2015, data em que o comunicado foi publicado na Comunicação Social, o senhor Presidente afirmou que tinham sido dadas informações expressas quanto à não autorização do abate de animais, ficando salvaguardadas as situações em que estivesse em causa a saúde pública ou o sofrimento extremo dos animais. O abate de animais só está previsto legalmente nas situações em que os animais estejam em sofrimento ou em que não seja possível de outra forma salvá-los, em que constitua um perigo para as outras pessoas, bens, saúde pública ou outros animais. Questionou ainda o Executivo sobre a situação das Campanhas de Esterilização. Abordou ainda o Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos e até que ponto é compatível com a salvaguarda do bem-estar dos animais errantes no município. Mencionou ainda que foi referido igualmente pelo senhor também que iria ser colocado à experiência abrigos para esses animais errantes onde será a localização dos abrigos para estes animais, Loulé, Quarteira e Almancil, se é que eles já foram implementados.----------
Questionou ainda se no âmbito do inquérito instaurado ao Veterinário Municipal se foi apurado, se tinha havido algum tipo de recebimento de dinheiro ilícito e se assim foi, se foi feita a respetiva participação criminal.-
---

Usou da palavra a **munícipe Sofia Costa**, residente em Almancil, que começou por questionar o senhor Presidente da Câmara, se não é necessária a atribuição de licença para a instalação de estaleiros de obras em espaços públicos e não só, uma vez que existem estaleiros montados há vários anos e abandonados em Almancil. A outra questão tem a ver com o dinheiro acumulado na Junta de Freguesia, e que segundo teve informação na Assembleia de Freguesia de Almancil, passou para o ano seguinte o que na sua opinião não será motivo de orgulho, porque a Junta de Freguesia não é uma instituição bancária para guardar o nosso dinheiro, sendo que o dinheiro é para ser empregue em obras na freguesia.----------
Referiu ainda que não tinha visto no site da Assembleia Municipal nenhuma Ata do ano de 2016 e que no site das Juntas de Freguesia não tem a informação atualizada.----------
Quanto à questão da Fonte da Benémola, voltou a referir que se trata de um percurso pedestre de extrema importância para o concelho, para o turismo e para a população do concelho. Alertou para as várias vandalizações na

área. Sugeriu a realização ainda de roteiros didáticos a esta zona que se encontra neste momento um bocado abandonada.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou a munícipe Sofia Costa, que em 2016 a única Ata que existe é a da Reunião Ordinária de 26 de Fevereiro e que será ser disponibilizada no site depois da aprovação de hoje nesta reunião.----------
---

A próxima intervenção foi do **munícipe Tiago Jacinto**, residente em Almancil, que abordou a questão da Escola EB 2,3 de Almancil e o facto de já se terem feito as obras no Auditório da Escola, onde o chão estava a abater facto pelo qual se congratula, só pecando pelo facto de terem levado algum tempo a conclusão dessa obra, faltando ainda a pintura no resto da escola, se está prevista essa manutenção para quando. Questionou ainda sobre a previsão do arranque das obras do posto da GNR em Almancil e do Pavilhão Multiusos.----------
Abordou ainda a questão do escândalo dos papéis do Panamá que surgiu nestes últimos dias e perguntou sobre o número de imóveis no concelho de Loulé adquiridos no regime de "offshore".----------
---

Em seguida usou da palavra a **munícipe Susana Guerreiro**, que disse que não era residente no concelho de Loulé, mas que trabalha no concelho de Loulé há 15 anos. Começou por questionar o executivo quanto à questão dos sem-abrigo de Quarteira, que se encontram no Serviço de Finanças, que diligências têm sido adotadas no sentido de resolver esta questão, que medidas concretas têm sido adotadas em relação aos mesmos e se esta situação é irresolúvel ou não. ----------
---

Para os esclarecimentos sobre as questões apresentadas, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, que disse que iria responder a parte das questões apresentadas e a outra parte pelos restantes membros do Executivo. Começou por duas considerações tecidas pelo munícipe Paulo Batista e pela munícipe Ana Ferreira, respondendo que o município de Loulé continua fortemente implicado na questão a promoção dos Direitos dos Animais, do seu bem-estar e tratamento digno. Disse ainda que o Canil foi ampliado, foram feitas obras para que os animais não permanecessem em

piso molhado e estão prontos 29 alojamentos para animais e quase concluídos mais 40 espaços para cães e gatos, sendo uma alteração profunda no nosso Canil Municipal de Loulé, ficando a ser o melhor Canil a nível do Algarve. Disse ainda que o clima de constante tensão com o técnico Veterinário Municipal, este relacionamento com as Associações Defensoras e Protetoras dos Animais, começou com acusações algumas verdadeiras outras não, e face a este conflito, a esta agressividade torna o relacionamento conflituoso com o funcionário. O Executivo só pode fazer aquilo que é legal. Teceu ainda algumas considerações sobre o Regulamento que foi aprovado e se encontra em vigor mas que não está muito alinhado com as opiniões aqui expressas. Disse ainda ser um acérrimo defensor dos Direitos dos Animais, pedindo apenas tempo para a situação se resolver.-----
No que respeita à questão das Acácias, a Câmara irá tomar diligências no sentido de resolver esta questão.----------
Respondendo ao munícipe Tiago Grosso, informou que a entidade APA (Agencia Portuguesa do Ambiente) é quem faz as concessões e quem em coordenação com a polícia marítima, tem a função de verificar situações que não se enquadrem dentro da gestão daqueles espaços.----------
Respondendo ao munícipe Tiago Jacinto, esclareceu que o projeto da GNR se encontra concluído e que neste momento a Câmara Municipal está a acertar o dia e o modo do lançamento da obra, tem que haver um acerto entre o município de Loulé e a GNR.----------
Sobre o Pavilhão Multiusos, informou que dentro de algum tempo teremos o projeto concluído.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vice-presidente Hugo Nunes**, que começou por responder ao senhor Tiago Jacinto, que as propriedades da freguesia de Almancil que estarão registadas em nome de residentes ou sociedades em territórios offshore, a Câmara de Loulé não tem qualquer intervenção no que diz respeito à nacionalidade das pessoas e entidades que adquirem imóveis no concelho.----------
---

Usou da palavra o senhor **Vereador Pedro Oliveira**, que respondeu ao senhor munícipe Tiago Grosso que sobre a praia do Garrão, as areias, o espaço a conceder aos concessionários, são áreas em que a Câmara Municipal de Loulé e o Domínio Público Marítimo podem ter competências sobrepostas

que se devem esclarecer. Solicitou ainda que o munícipe o contactasse pessoalmente para verem em conjunto a questão.----------
Quanto à intervenção do munícipe Hermínio Sabino, respondeu que não se pode considerar a Rua de Loulé, como uma rua normal, terá de se remeter a questão à Comissão de Toponímia Municipal, porque disse já lá ter estado 2 vezes no local e não existe rua nenhuma, porque não se pode considerar uma rua através de um terreno privado. Referiu ainda que o Vereador João Martins, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Almancil durante vários anos, não tem dados suficientes para nos informar sobre a matéria. Quanto à questão da Fonte da Benémola, a casa do Cesteiro e dos Moinhos, existem algumas dificuldades quando chocamos com a propriedade privada, tentar-se-á um contacto com estes proprietários com um protocolo ou um acordo no sentido de melhorar aqueles espaços, que sendo privados a disponibilidade da autarquia é total.----------
No que se refere à Escola de Almancil, informou que o Diretor da Escola e os funcionários reconheceram o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, metade das obras foram feitas pelo pessoal da Câmara Municipal e o resto por um pequeno empresário.----------
---

Em seguida usou da palavra o senhor **Vereador João Martins**, que teceu algumas considerações no que respeita à questão das Acácias, disse existirem imensas espécies de Acácias, dizendo ter respondido à munícipe Rosa na passada sessão da Assembleia Municipal.----------
Quanto à questão dos denominados "sem-abrigo", a Junta de Freguesia de Quarteira e a Acção Social da Câmara Municipal de Loulé têm acompanhado o caso, e a vontade dessas pessoas de sair de lá não é nenhuma, já foram para casa de familiares e já voltaram para o mesmo local e não querem sair, mas o Executivo continua empenhado a tentar resolver a situação.----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil)**, que concretamente sobre a intervenção da munícipe Sofia Costa, sobre o que se tinha passado na reunião da Assembleia de Freguesia de Almancil, queria fazer uma pequena correção remetendo para para a Ata da referida Assembleia.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Em seguida o senhor **Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)**, explicou que uma das pessoas que vive debaixo da escadaria das finanças de Quarteira, já foi institucionalizado 6 vezes, e neste momento as instituições já não o aceitam.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Orlando Baptista (PS)**, referindo-se à questão das Acácias, e pedindo que a sua intervenção e documento escrito sejam anexos à Ata, fazendo parte integrante da mesma.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, mencionou que esta questão no plano técnico terá que ser esclarecida e que os serviços da Câmara a seu tempo darão as informações que são necessárias dar e farão as intervenções subsequentes.----------
---

Passou-se em seguida ao ponto 2.----------

2- Aprovação de Atas;----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, referiu existir 3 Atas para aprovação, a Ata n.º13/15 (11 de Dezembro), Ata n.º14/15 (29 de Dezembro) e Ata n.º1/16 (26 de Fevereiro). As Atas foram colocadas à votação separadamente, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.----------
---

3- Informação sobre expediente recebido;----------

Neste ponto não houve qualquer leitura de expediente recebido.----------
---

4- Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que em tempos abordou a questão da Escola Laura Ayres, onde eram cobradas taxas sobre os pagamentos em Multibanco e que neste momento a situação está regularizada.----------
Disse ainda que gostava de expressar o seu apoio ao Município de Vila Real de Santo António, que criou a legislação para o eventual pagamento de uma taxa por cada turista. Os outros municípios querem pôr o município de Vila

Real de Santo António em Tribunal porque estão contra esta taxa, mas era bom que os empresários também pagassem alguma coisa.----------
---

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, questionou o Executivo se existe alguma solução para o Bar das Piscinas Municipais, que se encontra encerrado há 5 anos, uma vez que um complexo daqueles não possui um espaço de bar.----------
Questionou ainda sobre qual o horário do piquete de água e esgotos 24 horas, parecendo-lhe na realidade ser de 12 horas.----------
Referiu ainda a não comemoração do Dia da Elevação da Cidade, a Hora do Planeta que não foi assinalada, bem como a data do Centenário de Quarteira.----------
---

Usou da palavra em seguida a senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, reivindicando a questão, que pessoas que representam a Assembleia Municipal, de alguma maneira, nalgum órgão ou nalguma Comissão, transmitirem o feed-back do que lá se passou e na realidade é um dever que nos cabe e no seguimento informou que ontem se realizou no Algarve uma Assembleia Intermunicipal em Faro, onde foram discutidas 10 Moções, 3 delas Saudações, 2 relativas à exploração do Petróleo no Algarve, 2 relativas à Regionalização, 1 relativa à questão das Freguesias, 1 relativamente aos funcionários da Portway e outra relativa às Portagens.----
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, também disse que iria dar o seu feed-back do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, aquando da aprovação das contas, informando que a Fundação fechou o ano positivo e relativamente ao ano anterior existiu uma melhoria significativa no aspeto da rentabilidade, com uma estrutura financeira razoável. Sugeriu ainda fazer uma visita guiada à Instituição.----------
---

Em seguida falou o senhor **Deputado Joaquim Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil)**, que congratulou o Executivo Municipal pelo facto do aumento dos valores dos Contratos-Programa para as Juntas de Freguesia, permitindo uma imagem perante as populações muito boa. Em nome de toda a população de Almancil, pela presença assídua do Executivo endereçou os agradecimentos em nome da população a todo o Executivo

Municipal.----------

Usou da palavra o senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que fez um apontamento sobre a Festa da Mãe Soberana, referindo a questão de prédios devolutos, semi abandonados na Rua da Nossa Senhora da Piedade, porque os prédios em mau estado ficam mal em qualquer cidade, e questionou o Executivo sobre o que poderia ser feito naquela zona para reabilitar aqueles prédios, Disse saber existir ainda o PARU (Plano de Ação para a Regeneração Urbana), não sabendo se é extensível aquela zona. Questionou sobre o terreno adquirido pelo anterior Executivo no sítio da Renda, questionou se a Câmara tem algum plano, se é possível fazer algum parque lúdico ou desportivo. Disse ainda que desconhecia que os Deputados Municipais pudessem responder ao público diretamente e aproveitou para responder à munícipe que no site da Junta de S.Sebastião existem as Atas e como Presidente da Assembleia de Freguesia vem aqui repor a verdade.---
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que o público pode colocar questões diretamente às bancadas visto os Deputados Municipais representarem as populações.----------
---

Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Rui Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime)**, referindo que gostaria de fazer algumas considerações acerca das Festas Populares de Boliqueime, que se realizam há cerca de 27 anos consecutivos e que durante cerca de 10 anos, sempre se realizaram no último fim de semana de Junho e há cerca de 15 anos, começaram-se a realizar no primeiro fim de semana de Julho. Boliqueime tem nestes 3 dias uma importante festa, onde os usos, costumes e a gastronomia, em que está estimado 9 a 10 mil visitantes durante os 3 dias de festa passam por Boliqueime, com a colaboração da Câmara Municipal. Verificou-se este ano que as datas do Festival MED coincidem com as Festas Populares de Boliqueime. As coletividades por sua vez não percebem a razão, nem a Junta de Freguesia, não abonando a bem da freguesia, do concelho e da região.----------
---

Em seguida o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referiu que em relação à questão da coincidência das festas, ambas se podem conciliar e que há espaço para as duas.----------
Questionou o Executivo quanto ao ponto de situação do Aterro da Cortelha.
Referiu-se também às obras que estão em curso na EN 125, desde a Almancil a Portimão, sendo imperativo que se suspendam as Portagens na Via do Infante, porque o trânsito na EN 125 está caótico.----------
Falou ainda sobre a questão do herbicida Glifosato, muito utilizado nos espaços públicos, tendo sido considerado pela Organização Mundial de Saúde prejudicial, sendo considerado um produto carcinogéneo.----------
Questionou ainda sobre o ponto de situação da Alteração ao PDM, uma vez que terá que vir novamente à Assembleia para aprovação.----------
---

O senhor **Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)**, esclareceu que não é verdade que o Centenário (1916) foi esquecido, o que foi dito no comunicado é mentira!----------
---

Em seguida o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, em direito de resposta disse que só souberam da data porque o Deputado João Santos tinha avisado da data, porque nem um programa feito existe.----------
---

Interveio sobre esta questão o senhor **Presidente da Assembleia**, dizendo que todos os membros da Assembleia Municipal foram alertados, estavam avisados desta efeméride relativamente à freguesia de Quarteira.----------
---

O senhor **Deputado Felizardo Pinto (PSD)**, teceu algumas considerações quanto ao nome a dar à nova avenida junto à Rotunda da GNR, a placa que está lá que diz Av.Sá Carneiro fica no meio das duas. Teceu ainda algumas considerações sobre a circulação na EN 125 e das dificuldades derivadas das obras.----------
---

Interveio a senhora **Deputada Graciete Freitas (PSD)**, questionou sobre o ponto de situação atual do PDM em relação a qualquer alteração prevista.---
Falou ainda sobre a instalação de Cacifos no Agrupamento Padre Cabanita e que até à presente data, os cacifos ainda não tinham sido entregues aos

alunos. Questionou qual o entrave que existe para a resolução desta situação.----------
Alertou ainda para a falta de sinalização da estrada que vai de Almancil a S.Lourenço, e que está neste momento a ser intervencionada.----------
---

Posteriormente o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, voltou à questão das Acácias, referindo o direito que todos os munícipes têm de colocar as questões que consideram de interesse público. Referiu ainda que não apreciou a forma como o senhor Vereador e o colega da Bancada do PS trataram do assunto.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que todos os senhores Deputados têm toda a liberdade de exprimir a sua opinião bem como os intervenientes do público, dentro dos princípios de respeito que todos devemos uns com os outros.----------
---

De seguida o senhor **Deputado Orlando Baptista (PS)**, respondendo ao senhor Deputado Carlos Martins, referiu a importância da planta para a crença das pessoas e que não pretendeu fazer qualquer chicana política com essa crença.----------
---

Para responder ao Senhor Deputado Orlando Baptista, usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse por norma também não faz chicana política nem social nas suas intervenções.----------
---

Interveio o senhor **Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)**, para esclarecer a questão do topónimo, referindo que está já apresentado na Câmara Municipal de Loulé o nome para todas as ruas da freguesia de Quarteira.----------
---

Para responder às questões solicitadas, interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Vitor Aleixo**, que começou por responder à questão colocada pelo senhor Deputado Carlos Martins, sobre o Reconhecimento do Interesse Público Municipal numa parcela de terreno para ampliação do Aterro Municipal, informando que aquela proposta tinha sido retirada porque o Executivo entendeu que não tendo sido cumprido o compromisso

que na altura foi estabelecido entre o município de Loulé e o Ministério do Ambiente quando o aterro foi feito, sendo esse compromisso dotar 3 povoações serranas de uma rede de abastecimento de água e esgotos com 3 Etares, na Cortelha, Vale Maria Dias e Barranco do Velho, não tendo isso sido feito ao longo de tantos anos, não fazia sentido vir aqui novamente fazer uma proposta para libertar terreno e ampliar o Aterro Sanitário. No dia em que se reconhecer o Interesse Público Municipal, a partir daí não controlamos mais o processo e não pode ser assim., e enquanto aquela questão não for resolvida decidiu-se pela sua retirada. Neste momento só falta haver uma reunião com as Águas do Algarve, porque a exploração de Etares é feita pelas Águas do Algarve. Enquanto a situação na for resolvida não virá aqui nova proposta porque o Executivo não trará a mesma aqui de novo.----------

Referiu-se ainda à obra do troço de estrada da Circular de Loulé por finalizar, dizendo que o Plano Rodoviário que contemplava essa obra foi abandonado e que não vale a pena pedir coisas que são irrealizáveis porque o País neste momento não tem as melhores condições com o mínimo de realismo para a conclusão dessa obra. Acrescentou que a obra não está posta de lado, pensando-se reformular o projeto, para ver se se justificará o Município assumir por inteiro a execução desse troço final da Circular de Loulé.----------

As obras da EN 125 estão complicadas, enquanto decorrem estas obras, as Portagens neste troço coincidente com a EN 125, deveriam ser absolutamente suspensas, porque é isso que faz sentido! O parecer da Câmara Municipal vai ser negativo! Estamos no Verão, o trânsito é uma complicação enorme. A Norte e a Sul da 125 entre Vale Judeu e Boliqueime, não tem havido recetividade da parte da subconcessionária.----------

Relativamente à questão dos herbicidas, é uma questão que está a ser trabalhada, o Executivo está atento, arranjar um substituto do mesmo que não seja inimigo da saúde pública.----------

No que respeita ao PDM foi apenas uma informação, não tinha que ser votada, há-de voltar cá uma proposta de alteração concreta do PDM.--------

---

Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, que referiu a questão levantada pelo senhor Deputado Fernando Santos, sobre uma tarifa para a Infraquinta e Inframoura.----------

Quanto à questão do bar das Piscinas Municipais, está a ser preparado um novo Caderno de Encargos para abrir uma concessão para a exploração do espaço. Já há vários anos que o espaço se encontra fechado, e até se equacionou que se criasse um self-servive no espaço de concessão.----------
Quanto à questão do Centro de Saúde, a reclamação feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé em conjunto com o senhor Presidente da Câmara Municipal de S.Brás teve consequências.----------
Em relação ao Centenário da freguesia de Quarteira, a Câmara e a Junta de Freguesia constituíram uma Comissão de Honra para as celebrações do Centenário, tendo ficado definida no dia 13 de Abril de 2016, o período que decorre até ao dia 12 de Abril de 2017, um ano de celebrações! Teceu algumas considerações sobre a questão do dia da cidade.----------
Respondendo à questão da dotação adicional de verbas para todas as freguesias do concelho, esse reforço tem origem na partilha dos resultados obtidos naquilo que é a Gestão Municipal destes últimos anos.----------
Em relação à Rua Nossa Senhora da Piedade, festividades e fachadas de edifícios, o município tem o único instrumento legal que é colocado à sua disposição para tentar forçar a recuperação das casas, que não são problemas de saúde pública ou que não são problemas para a segurança pública, que é o de aumentar o nível de taxação municipal, mas que tem que ser regulamentado.----------
No que respeita ao terreno no sítio da Renda, o Executivo anterior gastou pouco mais de 700 mil euros para adquirir um terreno que está em Reserva Agrícola e convenceu-se que faria ali um Complexo Desportivo, e está comprovado que estes desenvolvimentos nas periferias das cidades são um erro, porque estes espaços devem estar mais próximo das pessoas e o Executivo não crê que seja o sítio mais aconselhado.----------
Relativamente ás questões do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Rui Mogo), acompanha a opinião do senhor Deputado Carlos Martins, dizendo que conta ir às 2 Festas, ás Festas de Boliqueime e ao Festival MED, acontece que este ano num dos dias coincide com o Festival MED, esta opção foi tomada o ano passado em Outubro e desta vez vai coincidir com as Festas de Boliqueime., e as pessoas escolherão e a maioria delas não deixará de ir a um lado para ir a outro, porque nenhum dos eventos é de um dia só, são vários dias.----------

Informou ainda que a Avenida Papa Francisco quando foi definida, acabava na Avenida Sá Carneiro porque não tinha nome e com a atribuição do topónimo Avenida da Fonte Santa, que substitui a Estrada da Fonte Santa.--

---

De seguida foi concedida a palavra à senhora **Vereadora Ana Machado**, que começou a sua intervenção esclarecendo a questão levantada pela senhora Deputada Graciete Freitas, sobre os cacifos atribuídos na Escola EB 2,3 Padre João Coelho Cabanita, dizendo que se tratou de um grande investimento, por parte da Associação de Pais, que já estão colocados, já foram atribuídos aos alunos faltando a sua distribuição.----------

---

Foi também concedida a palavra ao senhor **Vereador Pedro Oliveira**, que começou por prestar esclarecimentos quanto à Linha 24 horas, do Piquete de Urgência. Concordou que em algumas situações não tem sido eficaz. Em dias normais de trabalho, existem 3 piquetes em funcionamento, para água, eletricidade e esgotos/saneamento. Aos sábados, domingos e feriados, funcionam as 24 horas. E muitas vezes são confrontados com situações simples, e é fácil um operário solucionar o problema, mas muitas vezes quando o piquete se desloca a algumas Freguesias (Alte, Benafim, Ameixial, Salir, Quarteira, etc.) e deteta uma situação em que é necessária a presença de um colega que está de folga, ou de ferramentas mais complexas, torna-se difícil atuar de imediato e resolver a situação na altura. Sugeriu que, em situações de roturas, em que contactam a Linha 24 horas e não obtém uma resposta em 30 minutos ou 1 hora, contactem de imediato os bombeiros municipais. Referiu ainda, as enormes dificuldades que o Departamento Camarário das Obras Municipais (DOGIM), em termos de recursos humanos. Vários operacionais reformaram-se, e neste momento a legislação laboral dificulta a contratação de operários que substituam os que vão saindo. Neste momento os poucos operacionais que a CML tem, fazem autênticos milagres. Sobre o assunto da má visibilidade na ER 125, está a dar-se início a um procedimento, para a remarcação horizontal do pavimento, do percurso falado. Relativamente a Almancil, juntamente com a Junta de Freguesia, vai-se avançar para uma requalificação da Rua de Vale Formoso, porque efetivamente se verificou que existe má visibilidade e insegurança naquele arruamento. Quanto à Rua da Nossa Senhora da Piedade, também se vai adjudicar uma obra de requalificação, a partir do

núcleo dos "Amigos do Sporting" até à Rotunda dos "Homens do Andor", onde vão passar a existir passeios. Terminou a sua intervenção falando sobre a questão levantada acerca da "Hora do Planeta", dizendo que este ano, e em relação ao que se tem verificado noutros anos, a Câmara respeitou aquela data com uma ação simbólica, em alguns edifícios camarários, nomeadamente, Edifício Municipal, Monumentos Eng.º Duarte Pacheco, Juntas de Freguesia e Centro Autárquico, na cidade de Loulé, Quarteira e Almancil, onde a iluminação foi desligada.----------
---

Concluído o ponto 4, do Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade aos trabalhos, entrando no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:----------
---

5)- Moções:----------

Sobre este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou os presentes que tinham dado entrada nesta Assembleia 5 Moções, contudo, referiu que apenas 1 Moção, apresentada pela Bancada Municipal do PSD "Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos", entrou dentro do prazo previsto, e que as restantes 4 Moções, entraram ao abrigo do pedido de agendamento urgente, tendo em conta o facto de serem consideradas de carácter atual e de urgência. O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, a admissão destas 4 Moções, ressalvando que deve ser dada mais importância à designação das Moções, pois atualidade e urgência, não é dar entrada das mesmas, nas 24 horas anteriores às Sessões da Assembleia Municipal, tem mesmo que existir atualidade e urgência no conteúdo das mesmas, ou seja, algo que tenha acontecido nas 48 horas que antecedem as Sessões da AM, o que no seu entender não é propriamente o caso destas 4 Moções. Referiu ainda, que este assunto será tema de análise com os Lideres dos Grupos Municipais, na próxima Reunião da Comissão Permanente. Contudo, propôs à Assembleia Municipal que nesta Sessão, estas 4 Moções fossem aceites, uma vez que não existe oposição por parte de nenhum membro da Assembleia.----------
---

Seguindo a ordem de entrada, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que a Moção da Bancada do PSD fosse apresentada, de uma forma sintética, dispensando a leitura da mesma.----------

---

Foi concedida a palavra à senhora **Deputada Graciete Freitas (PSD)**, que começou por dizer que o Grupo Municipal do PSD aceita a entrada das restantes Moções, apesar destas terem dado entrada fora de prazo, frisando também o facto de que o teor de algumas delas, já havia sido enviado para a Assembleia Intermunicipal, pelo que havia tempo suficiente para as mesmas terem dado entrada nesta Assembleia dentro de prazo, para que todas as Bancadas Municipais tivessem tempo de as analisar com o devido tempo. Disse ainda que a Bancada do PSD entende e concorda com a interpretação dada pelo senhor Presidente da AML quanto ao teor e à designação que deverá ser atribuída às Moções. Em relação à Moção apresentada pela Bancada do PSD, referiu que o seu teor refere-se à regionalização, relacionado com o teor de outra Moção apresentada e aprovada, na Assembleia Intermunicipal do passado dia 27 de Abril de 2016. A ideia com esta Moção, é a de relançar novamente ao centro das atenções e ao debate, o tema da regionalização. Referiu que o Algarve deveria ser uma "região piloto", porque toda a delimitação da região do Algarve é bastante clara.----------

---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que quanto a esta Moção disse que a mesma se trata de uma ação pequena, quase como que um assumir de culpa. Efetivamente o PSD recuperou o tema da regionalização, no último Congresso. Durante os últimos 4 anos de governação, o PSD, reforçou os mecanismos de centralização e limitou até a capacidade de intervenção dos serviços desconcentrados da Administração Pública, e isso no Algarve é por demais evidente. Após a aprovação do Plano Nacional de Reformas em Conselho de Ministros na semana passada, surgiu na Assembleia Intermunicipal e agora na Assembleia Municipal, surgiu a Moção sobre Regionalização do PSD. O PS defende a Regionalização assim como ilustres algarvios do PSD. Sublinhou que o PS sublinha os considerandos desta Moção do PSD, e que sustentam esta proposta, pelo que o PS irá votar favoravelmente a mesma. ----------

---

Também usou da palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que começou por dizer que tal como referiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, é realmente difícil gerir a entrada numa só Sessão de 5 Moções, sobretudo quando está em causa nesta Sessão a aprovação de contas, contudo o Regimento prevê a entrada destas Moções sendo o seu teor de caracter de atualidade. Referiu ainda que a CDU vai de encontro ao direito de leitura das suas Moções, dado que as mesmas não são do conhecimento público. Relativamente à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, disse que efetivamente no último Congresso Nacional do PSD, retomou a temática da Regionalização. Teve 4 anos em que nada fez relativamente a este assunto, antes pelo contrário. As políticas que desenvolveu, foram no sentido de centralizar o poder, e após 40 anos em que poderiam ter tomado atitudes, voltam à temática, quando saem de governação. É do conhecimento geral, que o PCP é a favor da Regionalização, com efetiva transferência de competências e meios, com autonomia política, administrativa e financeira. Contudo, nesta Moção o Grupo Municipal da CDU irá abster-se, porque considera que o PSD durante estes últimos 4 anos, foi um governo que não fez nada sobre este tema, e que neste momento tem uma posição contraditória com a prática que desenvolveu, pretende branquear a posição de bloqueio à criação de regiões administrativas, que exerceu durante estes 40 anos e do incumprimento do pressuposto constitucional da regionalização. Disse ainda que esta Bancada iria apresentar uma Declaração de Voto referente a esta votação.----------
---

De seguida foi concedida a palavra à senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que quanto a esta Moção, disse que o momento é de algum oportunismo. No entanto, quer dar o seu testemunho em relação ao que tem conhecimento sobre a educação no Algarve, e dizer que estes últimos 4 anos foram uma vergonha total relativamente à centralização das competências no sector. Havia uma Direção Regional da Educação, que tinha imensas competências e que as exercia e bem, e nestes últimos 4 anos foram completamente retiradas e tudo foi chamado ao poder central, e nada se podia decidir. Esta situação é um forte indicador de uma contradição profunda, em relação a esta Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. De qualquer forma, como o PS pensa que a Regionalização é fundamental, é uma meta, é um fim, e é um desejo imenso dos algarvios, pelo que votará favoravelmente esta

Moção.----------

Também usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou a sua intervenção por elogiar o PSD Algarve por trazer uma a debate o tema da Regionalização, e que este tema também foi debatido na última Assembleia Intermunicipal. A posição do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda é precisamente a mesma, perante o que foi dito anteriormente. O texto desta Moção está bem elaborado, contudo, está cheio de contradições, pois parece que se trata de uma intenção pura e verdadeira, no entanto não traduz as promessas que são feitas mas que depois não se cumprem no papel, o que acarreta preocupações. Durante estes últimos 4 anos, o PSD não teve iniciativa sequer para avançar com propostas, cada vez mais as pessoas estão mais longe da política, uma das causas será porque o poder está concentrado em Lisboa, e porque quando os partidos políticos estão no governo, têm sempre outras prioridades, as suas normalmente, e esquecem-se de quem está mais abaixo. É certo que em termos de descentralização, quer no Ensino, quer na Justiça, quer na Saúde, cada vez mais o Algarve está mais dependente de Lisboa. Desta forma considera-se que o texto desta Moção está bem elaborado, as suas intenções estão perfeitamente definidas na defesa do Algarve, mas o que gostaríamos de saber, é que garantias nos darão no futuro. Como tal, o Bloco de Esquerda não irá votar esta Moção, mantendo a abstenção que teve na Assembleia Intermunicipal em Faro.----------
---

Para conclusão, foi concedida a palavra à senhora **Deputada Graciete Freitas (PSD)**, que retificou que foram feitas propostas por parte dos Partidos PSD e CDS, bem esplanadas através de vários meios jornalísticos, e que neste último Congresso do PSD, foram dinamizadores desta intenção. Obviamente que o que se passou nos últimos 4 anos, não deverá ser desculpa ou forma de não atuação por parte do PSD. O que se pode concluir é que da parte do PSD Algarve, a regionalização sempre foi um tema bastante importante e debatido.----------
---

Não havendo mais intervenções sobre esta **Moção** do Grupo Municipal do PSD **"Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos"**, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 3

abstenções (CDU, BE e 1 deputado do PS).----------

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que relativamente a esta Moção, informou que o Grupo Municipal do PS apresenta uma Declaração de Voto.----------
---

Também pediu a palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que da mesma forma e sobre esta Moção, informou que a Bancada da CDU, apresenta uma Declaração de Voto.----------
---

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passou de imediato à Moção seguinte, apresentada pela Bancada do BE, sobre "Saudação ao 1.º de Maio".----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse tratar-se de uma Moção de Atualidade, dado que o 1.º de Maio é comemorado no próximo domingo, prosseguindo à leitura da mesma, que constará em Ata.----------
---

Não havendo mais intervenções sobre esta **Moção** do Grupo Municipal do BE **"Saudação ao 1.º de Maio"**, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 5 abstenções (PSD).----------
---

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passou de imediato à Moção de Atualidade e Urgência, apresentada pelo **Grupo Municipal do PS**, cujo tema é **"Rejeição da Prospeção e Exploração de hidrocarbonetos no Algarve"**.----------
---

Foi concedida a palavra à senhora **Deputada Rosana Durão (PS)**, que começou por referir que uma Moção semelhante a esta, tinha sido aprovada no dia anterior, na Assembleia de Freguesia de Quarteira. No entanto, relativamente a esta Moção, e até por sugestão dos colegas da Bancada do PSD, houve uma pequena alteração, no sentido de que esta seguisse também para o Ministério do Ambiente e para o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, e não só para os representantes do Algarve na Assembleia da República. Para resumir disse que, a Bancada Municipal do PS dando apoio ao

Executivo Camarário, vem através desta Moção, manifestar a sua posição de Rejeição destas iniciativas de Prospeção e Exploração de hidrocarbonetos no Algarve, na expetativa de que, todos juntos, independentemente da cor política, mas como algarvios preocupados com o futuro da nossa região, possamos travar este atentado contra o nosso património natural, do qual dependemos e vivemos, já que é grande fonte de rendimento, que provém direta e indiretamente do turismo, e que esse cenário criminoso teria um impacto negativo e devastador na nossa região, e que põe em causa o futuro do nosso meio ambiente, o nosso bem-estar e o futuro dos nossos filhos. Há que tentar travar esta situação e fazer alguma coisa, antes que seja tarde demais. Terminando a sua intervenção, propôs à Assembleia Municipal, a realização de uma Sessão Extraordinária, para se debater com mais profundidade, exclusivamente este assunto, no sentido de se encontrarem formas de intervenção, pois este assunto merece um debate mais aprofundado.----------

---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que relativamente a esta Moção referiu que existem muitos interessados e estrangeiros, e não apenas a empresa Portfuel detida pelo empresário Sousa Cintra, dando também o exemplo de outras Multinacionais como a REPSOL, PARTEX, etc. Disse ainda, que estes assuntos têm que ser bem estudados, porque existem várias questões a levantar, sobre este assunto fala-se apenas de crude ou também de gás? Em Cádiz, Espanha, bem perto do Algarve, existe a exploração de gás e não causa qualquer inconveniente ao Turismo em Cádiz, como tal, este assunto tem que ser muito bem estudado para ser bem decidido, pelo que, não votará favoravelmente esta Moção.----

---

De seguida foi concedida a palavra à senhora **Deputada Graciete Freitas (PSD)**, que sobre esta Moção disse que, a mesma deverá ser considerada de carácter importante, considerando o tema que aborda, em relação ao qual a Bancada do PSD se tem oposto também, referindo que serão poucos os Autarcas no Algarve, independentemente do partido politico a que pertençam, que poderão estar a favor deste tipo de Explorações. Como tal, o PSD lamenta que esta Moção releve apenas a intenção do PS e do Senhor Presidente da Câmara de Loulé, Dr. Vítor Aleixo, que tem sido um claro opositor, mas existem mais opositores a este assunto, e o PSD até tem

demonstrado a sua oposição de várias formas, uma delas inclusivamente, foi votada nesta Sala no passado mês de Dezembro de 2015, uma Moção de teor muito semelhante, também apresentada pelo BE, e que foi também votada favoravelmente na Assembleia Intermunicipal. Deixou bem explícito que da parte da Bancada Municipal do PSD, é de todo o interesse que esta exploração deva ser travada através de todos os meios.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que começou por dizer que não pode estar de acordo com o que disse e com a posição do seu colega de Bancada, senhor Deputado Fernando Santos (PS), porque apesar de também concordar com a questão deste assunto ser estudado profundamente, e que a nível desta Assembleia Municipal haja um debate e uma reflexão, e que existe uma grande diferença a nível de sustentabilidade do Turismo, caso de trate de uma exploração de petróleo ou se trate de uma exploração de gás (ambos hidrocarbonetos). Contudo, e na sua opinião, a exploração de hidrocarbonetos nesta região, irá afetar a nossa base produtiva que é o Turismo. Somos uma região que vive praticamente e exclusivamente do Turismo, e que esta exploração de hidrocarbonetos, assenta num risco tremendo. Referiu também que, é de lamentar que o Ministro do Ambiente, tenha feito as afirmações que fez para defender os seus interesses, onde disse que meia dúzia de estrangeiros e de loucos no Algarve, é que se opõem a esta exploração de hidrocarbonetos. É de lamentar, porque toda a Região do Algarve já demonstrou e manifestou, quer a nível de Entidades Oficiais, Institucionais, Civis, que não pretende que este assunto vá para a frente.----------
---

Seguidamente foi concedida a palavra à senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que disse que no Algarve têm surgido situações opacas e que suscitam dúvidas e inquietações junto das populações, como esta. A grande questão é a incompatibilidade entre os valores ambientais e a atividade económica predominante na região e a prospeção e exploração de petróleo. Na opinião do PCP, sendo legítimas as dúvidas e inquietações, não podemos, nem pode o País, rejeitar a necessidade de conhecer e eventualmente explorar os nossos recursos geológicos. Contudo, é preciso estudar, ponderar e avaliar a possibilidade da sua exploração comercial e os potenciais benefícios, avaliar os riscos ambientais e a possibilidade de os

eliminar e ponderar os impactos noutras atividades económicas. Só com um estudo aprofundado e com uma avaliação, é que a CDU estará em condições, para que de uma forma esclarecida, tomar uma decisão. Esta Bancada acompanha a preocupação relativamente aos efeitos ambientais apresentados nesta Moção, mas ainda estamos numa fase de prospeção e não de exploração, e ainda há muitas coisas que estão por apurar, e apesar de esta Bancada estar a favor das questões ambientais as quais subscreve, ainda não poderá tomar uma decisão, pelo que, votará contra devido ao facto de ainda não haver uma análise concreta sobre a extração de petróleo e gás natural.----------

---

Também pediu a palavra a senhora **Deputada Manuela Tenazinha (PSD)**, que começou por dizer que a intervenção anterior da senhora Deputada Carla Gomes (CDU), foi oportuna, porque a sua intervenção vai precisamente na linha contrária à da senhora Deputada da CDU. Na sua opinião, esta situação não está numa fase inicial, porque ainda há poucos dias havia lido na imprensa nacional, que o Senhor Presidente da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, disse que apenas o que encontraram (o que depreende que já existe e está a ser feita prospeção, pelo menos em terra, como é o caso da Portfuel que está a fazer em Aljezur e Tavira) foram indícios da presença de hidrocarbonetos, mas que não têm interesse comercial em explorar, apenas interesse científico. É óbvio que é difícil de acreditar nestas afirmações, só quem for ingénuo, este assunto já vai muito além, do que se está aqui a tentar fazer com Moções. Este assunto é algo altamente perigoso, a indústria do petróleo é incompatível com o turismo. Não há vantagem nenhuma em corrermos riscos com uma eventual exploração de petróleo na costa portuguesa, ou em território nacional. O nosso território é pequeno, e do ponto de vista de haver possibilidades de ter áreas que pudessem ser livres de afetação, não é possível. A nossa riqueza, é povo, o solo, a beleza natural, as costas marítimas, e isso é intangível. Portugal tem problemas económicos e de pobreza, é um país com dificuldades mas não se pode deixar vender. O petróleo é uma linha vermelha, que já mostrou ao mundo o que pode dar, guerras, poluições, destruição. A civilização precisa é de indústrias sinergéticas, não poluentes. Existe o exemplo da Noruega, que apostou na exploração do petróleo para ter alguma autonomia e reserva, no entanto, neste momento, o país

considera o facto de não poder correr riscos de desastres naturais e ecológicos que possam ocorrer dessa exploração e já concluíram que afinal esta exploração não foi uma boa ideia como pensaram e que mais cedo ou mais tarde o país se vai confrontar com dificuldades e problemas que podia ter ultrapassado. Outros países que têm petróleo, como Venezuela, Angola, têm justiça social, melhores condições de vida para os seus povos? Não têm. Terminou a sua intervenção dizendo que prospeções no nosso país, só se for de captação de água, não é concebível outra perspetiva sobre este assunto.-

---

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou por dizer que com base no que acabou de ouvir por parte da senhora Deputada do PSD, quase que não valia a pena falar, porque ela tocou no essencial desta questão. Não podemos fazer mais aventuras prejudiciais para o Algarve. Não podemos aceitar esta prospeção a troco de uma hipotética negociação, de que vamos ganhar milhões de euros com o petróleo. Temos que apostar noutras energias, limpas, renováveis. Têm que haver estudos de impacto económico, relatórios ambientais, que possam conduzir à salvaguarda das populações no futuro. Neste sentido, considera que a região do Algarve deve estar unida em volta desta questão, não olhando à obtenção de possíveis dividendos, para equilibrar o Pib ou a balança de transações ou pagamentos. Esta Moção poderia estar melhor elaborada, mas contem o essencial, mas também podíamos pedir que este Governo tomasse medidas, rápidas, de forma a que este assunto não avance mais. A Bancada do BE também subscreve inteiramente o manifesto do Movimento Algarve livre de petróleo. Esta Bancada do BE, não tem dúvidas, e apesar desta Moção não estar elaborada, de uma forma aperfeiçoada, irá votar favoravelmente esta Moção.----------

---

Também pediu a palavra o senhor **Deputado Felizardo Pinto (PSD)**, que disse que ouviu com atenção todas as partes, mas que no seu entender o que foi dito foi muito bonito, mas possivelmente existe muito desconhecimento, por parte de todos, relativamente a este assunto. As razões evocadas contra esta prospeção, são porque é mau, poluí, destrói o turismo. Falou do exemplo dado relativamente à Noruega, dizendo que neste momento este país sofre alguns problemas, porque o mar do norte parou a extração do petróleo, porque o preço do petróleo desceu, como tal, existem milhares de

trabalhadores a serem despedidos, e outros tantos à espera que a extração recomece, porque significa um volume muito grande de dinheiro a entrar. Não vale a pena especular se este assunto poderá afetar, ou não, o nosso turismo, e as nossas praias, há que aprofundar cientificamente, mais este assunto, porque existem outros perigos também para o nosso turismo e para a nossa costa, pois todos os dias passam pela costa algarvia navios petroleiros, que podem originar algum desastre ecológico, e se formos radicais, então também os teremos de afastar da nossa costa. Concluiu dizendo que, na sua opinião não faz sentido, aprovar neste momento esta Moção, quando foi proposto nesta sessão, uma sessão de esclarecimentos, abordando exclusivamente este assunto.----------
---

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que começou dizer que, subscreve na íntegra o que foi dito pela senhora Deputada Manuela Tenazinha (PSD), e congratula-se com a posição assumida por ela. Em relação ao que foi dito pela senhora Deputada Carla Gomes (CDU), disse que não estranha a posição da CDU, de votar contra esta Moção, mostrando uma posição de isenção, mas vai de encontro à defesa da prospeção de hidrocarbonetos, apesar de tentar brilhar a sua intervenção falando da necessidade de uma avaliação profunda e de estudo sobre os recursos existentes, e se os recursos existentes tiverem capacidade de exploração, então devem ser explorado pelos públicos e não pelos privados. Portanto é esta a posição da CDU, porque é a decisão determinada pelo Comité Central, que está em Lisboa e é formada por indivíduos do Norte, porque se fosse constituída por indivíduos do Algarve, não teria de certeza esta posição.----------
---

Concluídas as intervenções sobre esta **Moção** do Grupo Municipal do PS **"Rejeição da Prospeção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve"**, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (PSD).----------
---

Após a votação, o senhor **Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vítor Aleixo**, pediu a palavra, dizendo que de facto este assunto é de extrema importância. Começou por dizer que esta questão tem sido acompanhada desde o seu início na AMAL, ou seja, no final do ano passado. E a AMAL tem

tido uma posição clara e unânime, os Presidentes das Câmaras têm demonstrado uma posição de rejeição e sobre este processo de prospeção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve. Mais recentemente, para além das declarações de princípios que fizeram, e das reuniões que tiveram lugar, com várias pessoas com peso na economia da região e da sociedade algarvia, pretende-se evoluir para o plano jurídico da contestação deste processo, ou seja, é intenção do Presidente da AMAL, coordenado com os Presidentes de Câmara do Algarve, entrar pela via do litígio jurídico e vai interpor uma providência cautelar, à continuação da prospeção, e posteriormente vai-se pedir a análise dos contratos. Queremos saber, se os contratos não terão nada, que impeçam a sua anulação e a reversão de todo este processo. Deixou um pedido e uma palavra de estímulo, aos senhores Deputados Municipais, para que se empenhassem mais sobre este assunto, uma vez que existe um grande consenso entre todos sobre este assunto. O Algarve precisa de muito mais pessoas, Instituições, e da população em geral, temos todos que influenciar toda a gente para que protestem, para que este assunto ganhe dimensão. Porque se isso não acontecer, corremos o risco de ver o Governo dar início a esta atividade. Este Governo ainda não tem uma posição clara, o que dá a entender que internamente, há também tensões e fricções, o que pode explicar alguma falta de clareza por parte deste Governo. E se assim for, nada melhor que uma posição muito firme e expressiva por parte dos Algarvios, para que possamos pressionar e reverter todo este processo.----------
---

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passou de imediato às Moções de Atualidade, apresentadas pelo **Grupo Municipal da CDU**, cujos temas são **"Saudação ao 42.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974"** e **"Saudação ao 1.º de Maio Dia Internacional dos Trabalhadores"**. Disse ainda, que esta sessão não conseguirá concluir a Ordem de Trabalhos, e a opção que vai ser tomada, após uma análise de tempo, é a de que, após este ponto 5 "Moções", no Período da Ordem do Dia, vai-se apenas considerar hoje, aquilo que tem de ser aprovado até ao fim do mês de Abril, neste caso, **a alínea b)- Proposta 03/2016- Deliberação** relativa à **Aprovação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação / Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015**. Todas as restantes alíneas da

Ordem de Trabalhos, transitarão para outra sessão, possivelmente a realizar no decorrer da semana seguinte, pois existe, nos termos regimentais, um limite de 4 horas, por sessão.----------

---

Retomando a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, prosseguiu com a apresentação das últimas Moções por parte do Grupo Municipal da CDU.----------

---

Foi concedida a palavra à senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que procedeu à leitura da primeira Moção **"Saudação ao 42.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974"**, que consta desta Ata.----------

---

Não havendo mais intervenções sobre esta **Moção** do Grupo Municipal da CDU **"Saudação ao 42.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974"**, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----------

---

De seguida, foi novamente concedida a palavra à senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que procedeu à leitura da segunda Moção **"Saudação ao 1.º de Maio Dia Internacional dos Trabalhadores"**, que consta desta Ata.----

---

Não havendo mais intervenções sobre esta **Moção** do Grupo Municipal da CDU **"Saudação ao 1.º de Maio Dia Internacional dos Trabalhadores"**, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.------

---

Concluído o ponto 5 "Moções", o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade aos trabalhos, entrando no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:----------

---

6)- Período da Ordem do Dia:----------

Atendendo ao que foi anteriormente dito, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs que a única alínea a ser analisada nesta sessão, devido ao cumprimento de prazos legais, fosse a **alínea b)- Proposta 03/2016- Deliberação** relativa à **Aprovação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação/Documentos de**

Prestação de Contas do ano de 2015, informando ainda, que se encontrava presente na Sala da Assembleia Municipal, o Revisor Oficial de Contas, disponível para qualquer esclarecimento.----------
---

Para apresentação desta proposta, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, que disse que os documentos presentes são referentes às contas e à gestão do ano de 2015. Este assunto pode ser separado em 2 grupos, ou seja, os documentos e a gestão. Relativamente aos documentos, estes são os mais realistas e transparentes desde há décadas, têm uma redução significativa de situações contabilísticas que se encontravam por resolver, e um claro aumento da clarificação da despesa e da sua transparência, tem a anulação de registos que datavam de 2011 e que não tinham qualquer ligação à realidade, que provavelmente foram criados para contornar questões regulamentares das finanças locais. Tem um encerramento contabilístico de um alargado conjunto de empreitadas, terminadas fisicamente há muitos anos, mas que não estavam finalizadas, adulterando assim os valores do ativo e das respetivas amortizações, é um esforço que continuará em curso. Houve uma preocupação, relativamente à apresentação e legibilidade do Relatório de Gestão. O documento síntese de todos os documentos, que tenta reduzir palavras, gráficos e números, sobre aquilo que foi o ano de 2015 no Concelho, este ano tem uma apresentação diferente, facilitando a perceção por todos, daquilo que aconteceu, do ponto de vista financeiro na gestão pública no Município. Estes documentos têm um contexto, que são as condicionantes da gestão encontradas. O exercício de 2015, foi o segundo ano do exercício da responsabilidade do atual Executivo. Essas condicionantes são o passivo encontrado por este Executivo; de 80,4 milhões de euros de passivo; 4,5 milhões de euros de disponibilidades orçamentais na altura; uma média de 152 dias de prazo médio para pagamento aos fornecedores no exercício anterior; um programa assinado de socorro financeiro "PAEL", do qual faltavam pagar 11 milhões de euros; um compromisso contratual legal de manter uma determinada taxa de IMI; restrições à contratação de pessoal; uma lei das finanças locais, aprovada em 2013 que eliminava o IMT enquanto receita municipal e no Município de Loulé, no pior ano esta receita representava 15 %; em cima disto, um quadro comunitário de apoio de 2007 a 2013, em encerramento, que não aceitava novas candidaturas e ainda uma lei das finanças locais, que

se traduziu numa redução efetiva para todos os anos futuros, das transferências de orçamento de estado para o Município de Loulé. Estas circunstâncias deram razão ao programa eleitoral deste Executivo, em que havia uma emergência no saneamento financeiro do Município. O primeiro ciclo de gestão deste mandato Autárquico foi centrado em duas questões; o saneamento financeiro das contas municipais e o lançamento de políticas de reforço do apoio às pessoas e famílias. É dessas prioridades que estes documentos respondem. Deu o exemplo de que em 2015, 1 euro gasto pelo Município representou um gasto de 0,13 cêntimos na educação; 0,6 cêntimos com o desporto; 0,6 cêntimos com a cultura. Houve também um acréscimo ligeiro da receita proveniente do IMT, aumentando a receita. Houve também um aumento de transferências de fundos comunitários, o que é explicável por um conjunto de obras em curso, financiadas no quadro comunitário de 2007 a 2013, para o qual foi preciso um esforço enorme, para nalguns casos começar empreitadas de projetos de obras que estavam adjudicadas desde 2008 2009, e conseguir anda alterar algumas candidaturas que estavam em curso. Este é o 3.º ano com menor despesa efetuada dos últimos 10 anos e foi o ano com menor despesa paga, destes últimos 10 anos, é também o ano em que o Município transita de ano de um exercício para o outro com a menor divida a fornecedores e com um prazo de pagamento a fornecedores de 7 dias. É também relevante, o facto de entre 2010 e 2015 o Município de Loulé, ter reduzido o seu número de Recursos Humanos, em 18,9%. Com a próxima Revisão Orçamental que virá a esta Assembleia, virá uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Autarquia, para permitir reverter esta situação e iniciar Procedimentos Concursais para permitir admitir mais funcionários, sobretudo operacionais, mesmo para as funções mais básicas, porque se não se alterar esta tendência, a CML não terá qualidade nem capacidade de resposta, de prestar serviço na maior parte dos Serviços da Câmara. O resultado líquido do exercício em 2015 foi de 23,9 milhões de euros. A receita do IMT em 2015, foi de 25,8 milhões de euros. É preciso ter consciência, de que se não fosse a alteração feita por este Governo à Lei n.º 73/2013, o Município de Loulé e os outros Municípios, perderiam a receita do IMT, o que para um exercício como o de 2015, significava passar de um resultado positivo de 23, 9 milhões de euros, para um resultado negativo do exercício.----------
---

De seguida, foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, que começou por felicitar o senhor Vice-Presidente, porque tem tido mérito no acumular de saldo financeiro, o Município já conta com quase 50 milhões de euros de disponibilidade, no entanto, a Bancada do PSD vai abster-se na votação desta proposta. Porque com todo este mérito, termina o assunto do PAEL, que mereceu tanta discussão por parte da Bancada do PS, relembrando que em 18 de Outubro de 2013, havia disponibilidade de 11 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2013, eram 19 milhões de euros, mesmo com o pagamento do PAEL, em 2014 o Executivo Camarário conseguiu mais um acréscimo de 5 milhões de euros, passando para 24 milhões de euros, e em 31 de Dezembro de 2015, fecha-se o ano com 43 milhões de euros. Esta situação é realmente muito boa, mas prova e mostra uma falta de capacidade por parte deste Executivo, em planear e fazer obras, quando infelizmente, o nosso Concelho ainda tem falta de algumas infraestruturas necessárias.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou por salientar a forma positiva como o Relatório de Gestão de 2015, está elaborado, pois está mais esclarecedor, pormenorizado, mais transparente, na forma como são apresentadas diversas rúbricas, quer nas receitas, quer nas despesas. Também salientou que o equilíbrio financeiro, e o controle rigoroso do orçamento, estão a ser cumpridos. A Bancada do BE também verificou que as receitas atingem um valor de 66 milhões de euros, mais de 10% do que em 2014. Verificou-se um saldo de exercício, de 24 milhões de euros. Contudo, a questão que se coloca é o porquê deste saldo? Se por um lado é bom, também é sinal de que muitas coisas que estavam prometidas, também não foram consideradas. A taxa de execução em relação ao orçamento, atingiu um valor histórico, 98%. No entanto, relativamente às Grandes Opções do Plano, e às obras planeadas e prometidas, cifrou-se nos 70%, e a grande interrogação prende-se aqui. Questionou o senhor Vice-Presidente do porquê de ser atingido apenas esta percentagem, e não mais? Este Concelho continua a estar dependente das receitas correntes, mais propriamente, do IMI e do IMT. O que quer dizer que, a Autarquia tem capacidade, e terá que ter vontade, para reduzir a carga fiscal nos próximos anos. Ainda mencionou uma questão, que gostava que fosse esclarecida, em relação aos custos que se têm com as despesas de

deposição de resíduos e do fornecimento de água, onde existe um saldo negativo, que está a ser coberto pelo orçamento, ou seja, será que a receita proveniente dos munícipes, não é suficiente para cobrir os serviços que são cobrados? Ou então, será que existem desperdícios, não contabilizados, quer na água, quer nos resíduos, se a transferência de competências para as Infra's em termos de abastecimento e receita destes valores, não estão a prejudicar o orçamento do Município.----------
---

Também usou da palavra o senhor Deputado **Ricardo Lampreia (PSD)**, que apenas quis deixar uma questão ao Executivo Camarário, em prol do rigor e da transparência, relativamente à rúbrica das transferências correntes de despesa, quase no fim, aparece "consumidor final" com um montante, a que corresponde o mesmo? Ainda questionou o Executivo, se atendendo à situação financeira atual, está previsto o fim da Derrama no próximo ano?--
---

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, para poder responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. Começou por responder ao senhor Deputado Fábio Bota (PSD), dizendo que este mandato tem 2 ciclos, o 1.º ciclo encerrou a 30 de Março de 2016, data em que o orçamento de estado foi publicado e alterou de forma definitiva, uma das maiores condicionantes da gestão municipal, para o futuro de muitos Municípios. Só a partir dessa altura, aquilo que tinha sido um necessidade, que era garantir um conjunto de reservas que permitissem manter níveis de investimento, durante um conjunto de anos, e que estava em curso, mesmo depois do encerramento das contas do PAEL, perde sentido a partir de 30 de Março de 2016 e ganha um novo ciclo, e para esse novo ciclo, o que vem é uma mudança de algumas das atitudes e apostas, e de novas prioridades que podem ser feitas. A primeira medida tornada pública, que foi, decidir duplicar, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia do Concelho. E isso só foi possível porque, há resultados que o permitem e por outro lado há sustentabilidade adquirida, num futuro a médio prazo, das finanças municipais. Durante a semana do Município, os senhores Deputados Municipais, terão a oportunidade de ouvir um conjunto de medidas, apresentadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, que têm a ver exatamente com várias medidas de alteração da política municipal. Mas é sabido, que neste

momento, no plano de execução de obras, estão abertas ou em fase de abertura, empreitadas, para dezenas de milhões de euros, de investimento. Há um conjunto de projetos que estão em curso e que vão ser apresentados de uma forma mais englobada na tal semana, que aliás, vai ser mais ambiciosa que o Dia do Município, pois terá várias atividades, em que algumas delas terão a ver com o futuro do Município. Disse também que, nunca se deve confundir o saldo de contas bancárias do Município, com as disponibilidades orçamentais, porque isso, só por si, no ano de 2015, faz cometer um erro de 5,9 milhões de euros, o que tem levado a Bancada do PSD a ver contas com outros números. Há dinheiro que está depositado na CML, mas que não é da CML. Realizar 70% das Grandes Opções do Plano, não é muito, mas também não é pouco, mas desejavelmente será maior no futuro. Quanto à questão dos resíduos, da água, e do saneamento, a CML pratica Dumping nesta área, quer dizer que as receitas que obtém são inferiores ao custo que tem para prestar os serviços. Existem também neste défice, perdas na rede, autoconsumos, e consumos de algumas entidades que não têm contador, e que a CML tem vindo a iniciar procedimentos junto das Juntas de Freguesia, várias IPSS, etc., para a colocação dos contadores. É uma área em que há muito a melhorar, mas para cobrir os custos, o tarifário teria que ser aumentado. E essa é uma questão que futuramente vai ter de ser debatida, ou porque a CML precisa ou porque a ERSAR o irá exigir.------

---

Ainda usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que questionou o Executivo sobre o Relatório da empresa que está a fazer a Revisão de Contas, em que este se resume a uma folha A4, frente e verso, é normal? Fala muito pouco em números, certamente o relatório estará bem feito, no entanto, há uma questão referente a uma nota por parte do Revisor, em que menciona que em 31 de Dezembro de 2015, os referidos bens e os bens do domínio público eram já existentes à data de 31 de Dezembro de 2001. Quer isto dizer que, a partir de 2001, não foi feita qualquer avaliação ao património municipal?----------

---

Foi concedida novamente a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, para prestar esclarecimentos. Respondendo ao senhor Deputado Carlos Martins (BE), começou por referir que antes de 2001, não havia o POCAL, com a entrada em vigor do POCAL a partir de 2002, passou a haver

uma valorização do património municipal, e o que o relatório do Revisor Oficial de Contas diz é que existem bens desde essa data que estão valorizados, e que o valor dos bens do património municipal, não pode estar correto, ou seja, o que consta no relatório é uma chamada de atenção. Está em curso um procedimento para corrigir esta situação.----------

---

Terminadas todas as intervenções, sobre a **Proposta 03/2016- Deliberação** relativa à **Aprovação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação/Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015**, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 19 votos a favor (18 PS e 1 BE) e 16 abstenções (15 PSD e 1 CDU).----------

---

De seguida e atendendo ao adiantado da hora, e considerando os termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu por terminada esta sessão, agendando a respetiva continuação para apreciação da restante Ordem de Trabalhos, para o dia 03 de Maio de 2016, pelas 21h00, na Sala da Assembleia Municipal, e nada mais havendo a registar foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adriano Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL ORLANDO MANUEL GUERREIRO BAPTISTA DO PARTIDO SOCIALISTA EM RESPOSTA À MUNÍCIPE ROSA SOUSA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

29 DE ABRIL DE 2016

Boa noite, quero cumprimentar a mesa, o executivo, as restantes bancadas e o público. Eu venho aqui pegar um bocadinho, outra vez, na Acácia, porque, de facto, eu não sei se a Sra. que veio expor esse problema é crente ou não é crente, não sei se sabe que a cruz de cristo é feita de Acácia, não sei se sabe que os espinhos da coroa de cristo são feitos de Acácia, também não sei se sabe que a Arca da Sagrada Aliança foi feita de Acácia...pronto, mas...eu não sei, se não é crente, acredito que respeite pelo menos a crença dos outros.

Agora, relativamente...a minha intervenção vem contra a discriminação da Acácia. Porquê? Porque, para já, o site invasoras.pt não contempla todas as espécies de Acácia. Falta aqui a Acácia do Egipto...falta aqui a Acácia do Egipto no site, na lista das plantas invasoras. E depois a Sra. vem aqui expor as Acácias, mas não vem aqui expor o Eucalipto, nem a Piteira...Bem, eu olhei para isto e fiquei assustado, porque toda a flora que eu conheço está aqui, é tudo invasor. A Piteira, as Canas, os canaviais, as Canas são uma espécie invasora, o Chorão da Praia, por aí fora...Os Penachos, são. Deixe-me ver, a Figueira da India...São plantas completamente características da nossa Região. Pronto, eu acho que para...(a D. Rosa Sousa interrompeu com um comentário imperceptível na gravação)...Peço desculpa minha Sra., agora estou eu a intervir. Eu acho que para vir realmente contra as plantas invasoras, temos de vir contra todas e não contra a Acácia. E a Acácia, como lhe disse, tem um significado para muitas pessoas, para outras não terá, mas para muitas pessoas tem um significado e, portanto, vir aqui apenas e exclusivamente contra a Acácia é, provavelmente, discriminatório relativamente às crenças de algumas pessoas.

Muito obrigado!